

EDITORIAL

SETOR ELÉTRICO: TENDÊNCIAS GLOBAIS E NECESSIDADES LOCAIS MOLDAM A REFORMA DO SETOR

A necessidade de reformular as regras do setor elétrico brasileiro vem sendo discutida há alguns anos. Ao mesmo tempo que já se esperava tal reformulação para o setor, a fim de incorporar mudanças que estão surgindo tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda de eletricidade, a urgência da reforma advém também da necessidade de endereçar alguns desafios locais que demandam aperfeiçoamento no modelo adotado atualmente no Brasil. Por consequência, o setor se encontra em um ponto de inflexão no qual mudanças são demandadas por todos os seus agentes.

As mudanças no lado da oferta são resultantes tanto da necessidade de incorporar novas tecnologias e seus modelos de negócios inovadores — como a geração distribuída, resposta da demanda, redes inteligentes e carros elétricos — quanto das alterações que estão sendo observadas na composição da nossa matriz elétrica. Até alguns anos atrás, a abundância de recursos hídricos e o consequente elevado potencial hidrelétrico disponível caracterizou a origem, o desenvolvimento e a concepção histórica da indústria da energia elétrica no Brasil. A construção e a exploração de aproveitamentos dotados de elevada capacidade de armazenamento conformou um modelo de atendimento à demanda baseado na forte predominância da fonte hídrica. Nesse modelo, a progressiva interligação dos sistemas elétricos e a coordenação na exploração de bacias com regimes pluviométricos diversificados permitiram maximizar o aproveitamento dessa fonte.

A presença de grandes reservatórios capazes de regularizar a produção de energia ao longo do tempo, bem como a elevada relação entre a capacidade de armazenamento e a carga a ser atendida, propiciavam um regime capaz de conviver confortavelmente com a natural variação no regime de chuvas em escala plurianual. Dessa forma a geração de base do sistema era desempenhada pelas hidrelétricas e a participação de outras fontes tinha papel suplementar e limitado a situações esporádicas, em eventos de hidraulicidade reduzida.

O Brasil conta com um potencial hidrelétrico estimado na ordem de 260 GW (PNE 2030[1]), dos quais mais 100 GW já foram aproveitados. Restrições socioambientais, particularmente as interferências em terras indígenas e áreas de preservação ambiental, sinalizam crescentes dificuldades para a construção de novos empreendimentos hidrelétricos com reservatórios expressivos. Em paralelo, a busca pela diversificação, a expectativa de preservação de elevada participação de fontes renováveis e a disposição de elevados potenciais no Brasil justificaram a introdução e a crescente participação da energia eólica e, mais recentemente, a energia solar na matriz elétrica brasileira.

Essas fontes, de natureza não controlável, caracterizam-se pelos baixos custos de operação e impõem importantes desafios para operação do sistema, decorrentes da intermitência e imprevisibilidade na produção. Elas provocam grandes variabilidades no despacho e requerem elevada flexibilidade do parque gerador, que deve estar apto a tempestivamente compensar as bruscas variações, com vistas a promover o ajuste instantâneo entre a oferta e a demanda.

Tecnicamente a fonte hídrica, representada por um parque gerador dotado de razoável capacidade de armazenamento, bem como as usinas térmicas de partida rápida seriam as naturais candidatas para prover diretamente a flexibilidade requerida. Caminhar nessa direção, entretanto, exige profunda reavaliação na concepção operativa do setor elétrico brasileiro.

Além dessa variação na composição da matriz, o avanço tecnológico sendo observado na sociedade atual também vem alterando a maneira como a população interage com os bens que ela consome — dentre eles, a energia elétrica. Consumidores de eletricidade vem, cada vez mais, demandando informação e inteligência na sua interação com a rede elétrica, fazendo com que a resposta da demanda e a eficiência energética se constituam em novos elementos a serem considerados na gestão do setor elétrico mundial, inclusive do Brasil. Nesse novo cenário, o preço da eletricidade tem um fundamental papel de enviar sinais ao consumidor que afetarão sua demanda de eletricidade, como já acontece em outros mercados na economia. O termo "cativo" não se aplica mais ao consumidor de eletricidade do século XXI. Mercados de eletricidade em todo o mundo estão se ajustando a essa nova realidade, e o Brasil, mais cedo ou mais tarde, precisará seguir neste caminho também. Além disso, esse consumidor mais "ativo", que consome sua eletricidade de maneira cada vez mais racional, é peça fundamental na sociedade atual que busca consumir bens e serviços da maneira mais eficiente possível a fim de reduzir sua pegada de carbono.

A essas questões provenientes do lado da oferta e da demanda de eletricidade — que estão, em maior ou menor grau, sendo observadas em outros países no mundo — soma-se, no nosso país, a necessidade de endereçar ineficiências provenientes de intervenções governamentais vivenciadas pelo setor recentemente.

A reforma do setor elétrico realizada em 2003/2004 contribuiu bastante para aumentar a eficiência do setor, mas ainda o deixou aberto à intervenção, que não é benéfica em um ambiente de mercado. Somem-se a isso as ações tomadas na MP 579/2012, além de um regime pluviométrico desfavorável — fatores que, em conjunto, contribuíram para o desequilíbrio do setor. Com essas intervenções, o setor elétrico, que estava funcionando relativamente bem, entrou em crise — que só não foi mais grave por causa da crise econômica e consequente

1 http://www.epe.gov.br/PNE/20080111_1.pdf

queda na demanda de eletricidade. O objetivo da MP 579/2012, de reduzir as tarifas pagas pelos consumidores, durou alguns anos, mas, como não há almoço grátis em economia, o preço da energia voltou a subir a partir de janeiro de 2015, anulando o benefício líquido da medida. A reforma atual está buscando, em grande parte, corrigir essas distorções.

Em suma, incorporar as inovações que a sociedade vem experimentando nos últimos anos, por si só, já requer modernizar o setor elétrico. Vários países do mundo estão revendo suas regulações com esse objetivo. Além disso, a nossa matriz elétrica encontra-se em transformação por meio do advento das fontes renováveis intermitentes e expectativa de menor predominância da fonte hídrica, o que leva à necessidade de maior utilização da geração térmica na base. Por fim, uma peculiaridade do nosso país que a reforma também busca endereçar é o restabelecimento da eficiência no setor e redução das intervenções que levaram à crise atual. Até o momento, a reforma vem sendo conduzida de maneira transparente, com a sociedade civil contribuindo em consulta pública. Espera-se que essa tendência permaneça ao longo de todo o processo — que também deve ser breve, para a retomada da confiança e estabilidade do setor — e perdure no futuro.

* Este texto não deve ser citado como representando as opiniões da Fundação Getulio Vargas (FGV). As opiniões expressas neste trabalho são exclusivamente da equipe de pesquisadores do grupo FGV Energia.